

Alexandre Bitencourt

Como a mídia-educação e a inovação curricular
podem transformar a escola pública

LANÇAMENTOS



**A FESTA SURPRESA DA
CHAPEUZINHO VERMELHO**
de Cleia Teixeira

INTERVALO POÉTICO
de J. Wilton



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateuneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Web-edição:
T.I. Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 66 (ago. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 360 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI: <https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

08 O pertencimento também se constrói à mesa: quando a alimentação escolar encontra os Direitos Humanos

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

12 POIESIS

J. Wilton

14 Alexandre Bitencourt: como a mídia-educação e a inovação curricular podem transformar a escola pública

Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. ESTÍMULO DA PRÓ-SOCIABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CONVIVÊNCIA E DESAFIOS NO COLÉGIO COMANDANTE BULA-PROVÍNCIA DO HUAMBO-ANGOLA	23
Alberto Praia Tchinhama	
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	29
António dos Reis Fançony /Calunda dos Santos Jorge /Sabalo João Luanda	
3. O ESTUDO DA DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UM ESTUDO APLICADO AO ENSINO DA GEOMETRIA ANALÍTICA NA 10.ª CLASSE	35
Armando Kangolo Basílio /Denilson Genito Moisés dos Anjos /Ngombo Rodrigues Lucau	
4. CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA	44
Augusto Hudson Simeão	
5. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA	53
Carina Fardim Soares	
6. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E A REALIDADE EDUCATIVA: HÁ, NA PRÁTICA, CONDIÇÕES SUFICIENTES DE ASSEGURAMENTO DESTES DIREITOS?	61
Chiquito Afonso Fernando Domingos /Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	
7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O AVANÇO DA ESCRITA DO ALUNO PRÉ-SILÁBICO: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E DO LETRAMENTO	72
Cirlene Alves de Oliveira	
8. RECONHECIMENTO DE ANGOLA AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE BURKINA FASO: ANÁLISE SOBRE AS MENSAGENS DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO AO IBRAHIM TRAORÉ	80
Daniel Cordeiro	
9. PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA COMO REFORÇO POSITIVO NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE	85
Edgar Francisco da Silva Gonçalves	
10. ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	90
Elaine Santos do Nascimento	
11. O PSICÓLOGO COMO SOLUCIONADOR DE PROBLEMAS E MITIGADOR DE DANOS:DUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS NA PRÁTICA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA	97
Esmael Joaquim Machado	
12. POLÍTICA EDUCATIVA EM ANGOLA E A GARANTIA DO DIREITO NA EDUCAÇÃO	100
Faustino Moma Tchipesse	
13. A APRENDIZAGEM DO FUTSAL ESCOLAR COM JOGOS ESPORTIVOS COLETIVOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	106
Fernando Leite Miranda	
14. A ALTERIDADE NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SER	113
Gersiane Alves Pavão	
15. A INDISCIPLINA NA ESCOLA: NOTAS DE UM ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA NGUENDELAMBA VIN-105	119
Guilherme Mateus Moma	
16. EFICÁCIA REGULATÓRIA DO KWENDA: UMA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO	126
Gustavo Bruno Wandaqueia António	
17. A TEORIA DOS DOIS FACTORES DE HERZBERG NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	135
Irma Cristina de Moraes Chinhema	
18. ENSINO COLABORATIVO NAS SALAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)	142
Jeam Rodrigo de Oliveira	
19. DO ANALFABETISMO À AUTONOMIA FEMININA: IMPACTO DO PROJECTO OKUTANGA NA VIDA DAS MULHERES ZUNGUEIRAS	151
João Eduardo Quinsegi /Mário Jamba Artur /Daniel Marculino Muenho /Eugénio Chicapa /Lília Stevens de la Cruz	
20. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	161
Joice Pereira Marques	
21. A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO	170
Katia Aparecida de Sousa Lima	
22. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E REGIONALISMO: A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA	178
Luciana Cardoso de Souza	
23. ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA E COMO OPORTUNIDADE	181
Luís Venâncio /Elizabeth Hama Francisco	

24. A LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS E MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS	188
Lusilene da Rocha Alves	
25. ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE]	198
Marcelo Cunha	
26. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCÍPIOS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	215
Maria Angela Ferreira Oliveira	
27. PROGRAMA DE GARANTIA DA QUALIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO BITA	218
Maria Canga Álvaro	
28. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: DA CIDADE EDUCADORA AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL	224
Maria Elena dos Santos Silva	
29. A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E AS NECESSIDADES DA CRIANÇA	227
Maria Madalena Sampaio Silva	
30. DIAGNÓSTICO PRÉ-HOSPITALAR DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERCEPÇÃO DE ENFERMAGEM SOBRE O USO DA ESCALA DE CINCINNATI	237
Mário Adelino Miranda Guedes	
31. A PERTENÇA ALÉM DA MATRÍCULA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO LINGÜÍSTICO, CULTURAL E ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	242
Mirella Clerici	
32. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE E LITERATURA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA	255
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf	
33. A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA ANTIGUIDADE: CONTRIBUTOS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 1 ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	267
Ngombo Rodrigo Lucau /Denilson Genito Moisés dos Anjos	
34. ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGO NO PERÍODO DE 2023 - 2025	275
Panzo Manuel Bunga	
35. O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ADEQUAÇÃO A NOVA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA, CASO DO INSTITUTO SUPERIOR LUSÍADA DO HUAMBO-ANGOLA	281
Pedro Isaac /Walter Albino António Sassoma	
36. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO PANDÊMICO	286
Rafaela Gois Zirpolo	
37. O BRINCAR E AS INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E EXPERIÊNCIAS	291
Roseli Brito Tenório Ramos	
38. A FORMAÇÃO DOCENTE NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: SABERES, CIDADANIA E DESAFIOS EMERGENTES	300
Suellen Vidal Araújo da Silva	
39. O BRINCAR COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR NA INFÂNCIA	307
Talita Torraca Vieira da Silva	
40. FACTORES DE RISCOS ASSOCIADOS À INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA EM PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DO PRENDA NO PERÍODO DE JUNHO A JULHO DE 2025	310
Tamara Garcia Calixto /Belkis Tomilson Garcia /Tomas Miriam Tabares	
41. SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE ENTRE SUS E ESCOLA NA PROMOÇÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	317
Tatiana Miranda Lima	
42. FACTORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DOS ALUNOS DO I CICLO NA COMUNA DE CAITOU, MUNICÍPIO DA BIBALA PROVÍNCIA DO NAMIBE	325
Teresa Francisca Nkhulwavo /Domingos Tchinhama Mangundu /Betsabé Pompa Abreu	
43. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA	331
Valquiria Souza Cardoso	
44. DIÁLOGOS E SABERES BIOCULTURAIS E O SEU PAPEL ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE ENTRE COMUNIDADES KHOISAN DE ANGOLA E POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	338
Valter Joaquim Vidal	
45. CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA	344
Vidal António Machado	
46. A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: CASO DO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO	350
Walter Albino António Sassoma	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP



ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGU NO PERÍODO DE 2023 - 2025

Panzo Manuel Bunga¹

RESUMO: Este artigo analisa o papel da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho público, tendo como estudo de caso a Administração Municipal do Dande, província do Bengo, no período de 2023 - 2025. A pesquisa busca compreender como as políticas públicas de inclusão têm sido aplicadas no sector público municipal, quais os avanços e os desafios enfrentados; Utilizou-se abordagem bibliografico e com análise documental. Conclui-se que houve avanços na contratação de pessoas com deficiência, mas persistem barreiras de acessibilidade e preconceito. Recomenda-se o fortalecimento das políticas de inclusão e fiscalização do cumprimento da lei;

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Mercado de Trabalho. Administração Pública. Inclusão. Dande.

O PAPEL DA INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO PÚBLICO

INTRODUÇÃO

A inclusão laboral de pessoas com deficiência - PCD constitui um desafio contemporâneo para as administrações públicas, especialmente em contextos onde a legislação de proteção existe, mas a sua efetivação prática ainda é limitada. Em Angola, a Lei nº 12 / 16, de 23 de Julho, Lei das Acessibilidades, estabelece no seu artigo 38º a obrigatoriedade de reserva de 4% das vagas de emprego público para pessoas com deficiência. Todavia, dados oficiais e estudos preliminares indicam que tal percentual não é cumprido de forma efetiva pelas instituições públicas, gerando exclusão e desigualdade de oportunidades.

A Administração Municipal do Dande, Província do Bengo, não foge essa realidade. Enquanto entidade pública responsável pela gestão de recursos humanos locais, deveria ser referência na aplicação da Lei 12 / 16 de 15 de Janeiro. No entanto, observa-se empiricamente baixa contratação de pessoas com

deficiencia PCD no quadro de pessoal, o que levanta questionamentos sobre as causas desse incumprimento e sobre o real papel da instituição na promoção da inclusão.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão de pesquisa:

Qual o papel da Administração Municipal do Dande na Inserção de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho público, no período 2023 - 2025, e quais barreiras impedem o cumprimento da quota legal de 4% prevista na Lei 12 / 16 de 15 de Janeiro?

Para responder a essa questão, a presente dissertação tem como objetivo geral analisar o papel da Administração Municipal do Dande na inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho público entre 2023 e 2025.

Como objetivos específicos, busca-se: 1) Quantificar o percentual de pessoas com deficiência PCD contratados pela Administração e comparar com os 4% exigidos por lei; 2) Identificar as principais barreiras institucionais e atitudinais que dificultam a contratação de pessoas com deficiência PCD; 3)

¹ Mestrando em Gestão de Recursos Humanos nas Organizações, pelo ISKA; Licenciado em Língua e Literatura em Língua Inglesa pela Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Letras; Supervisor Pedagógico no Complexo Escola nº 307. WhatsApp: 923939164 / 956111823; E-mail: ginopabloscout7@gmail.com

Verificar a existência de políticas internas de inclusão e acessibilidade na instituição.

A pesquisa justifica-se pela relevância social do tema, ao dar visibilidade à situação das pessoas com deficiência PCD no serviço público municipal e contribuir para o debate sobre políticas de inclusão. Justifica-se também pela relevância académica, ao aplicar conceitos de direito, administração pública e inclusão social num estudo de caso concreto. E justifica-se pela relevância institucional, ao fornecer à Administração Municipal do Dande subsídios para melhoria de suas práticas de gestão de pessoas. Metodologicamente, trata-se de pesquisa de abordagem mista, natureza descritiva e explicativa, com procedimento de estudo de caso. A colecta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental junto ao Gabinete de Estudo e Planeamento, com Gestores, Pessoas com Deficiência e observação não-participante da estrutura física da sede. Escrever sobre o papel da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho público em uma organização de serviço público da cidade de Caxito – Angola, faz com que trace em algumas linhas, primeiramente a motivação da escolha do tema.

O facto de ser angolano e de modo concomitante ter efectuado os meus estudos na rede de ensino público, provocou questionamentos, pois durante minha formação não estudei com pessoas com deficiência, muito embora esbarrasse com as mesmas nas ruas e em condições de desfavorecimento.

Importa frisar que ao entrar em contacto com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), pude perceber que os números relativos às pessoas com deficiência em Angola eram assustadores, tendo surgido dessa constatação outros questionamentos, que foram: se existiam inúmeras pessoas com deficiência em Angola, por que somente esbarrava com elas na sua maioria em condições precárias? Outro questionamento foi, já que efectuei meus estudos em escola pública, e em momento algum tive um colega com deficiência, que escolas frequentavam essas pessoas com deficiência? E por fim, qual o lugar das pessoas com deficiência no serviço público em Angola?

A premissa é que em função da necessidade de adaptações arquitectónicas, bem como da explicitação do potencial das pessoas com deficiência,

inúmeras dificuldades perpassam a real inclusão dessas pessoas no mercado, daí que as perguntas se referem à concepção de deficiência predominante, as acções de adequação e ou adaptabilidade desenvolvidas pela organização, tendo como foco a percepção tanto dos funcionários com e sem deficiência, para que conjuntamente se possam propor soluções que eliminem as barreiras e potencializam as capacidades e concomitante aumento de produção;

Para Angola, a importância desse tipo de pesquisa reside ainda no facto de discutir o modo como é feita a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, e em especial no sector público. Vale ressaltar também que por questões de anonimato foi preservado o nome da organização, pois se trata de uma empresa de serviço público ligada ao Ministério da Administração do Território e que tem como missão assegurar, coordenar e controlar a execução da política do Governo sobre o desenvolvimento político, administrativo, económico, social e cultural da Província, a condução do processo de instituição e implementação do poder, buscando a melhoria das condições dos habitantes;

Com o mercado de trabalho em Angola cada vez mais competitivo, as organizações vêm buscando mais profissionais que possuam o perfil ideal. Com o objectivo de aliar gestão de pessoas com as estratégias organizacionais, foi criado o sector de recursos humanos, que tem a função de fazer a ligação entre organizações e pessoas. Como se sabe, uma das funções do sector de recursos humanos é o recrutamento e a selecção de novos profissionais. O recrutamento na Administração Pública surge a partir do momento em que uma vaga é aberta pela organização. O processo de recrutamento pode ser de forma interna ou externa;

O recrutamento interno consiste em dar a oportunidade de crescimento para funcionários que já estão no aparelho do Estado. Por sua vez, o recrutamento externo é para pessoas que não estão na Administração Pública e pretendem ingressar. A vaga é divulgada de várias formas, como rádio, jornais, entre outras. Após isso, o sector responsabiliza-se por seleccionar os profissionais que melhor se encaixam no perfil das vagas, assim, fazendo sua contratação. A sociedade impõe regras e leis referentes à inserção de

peças com deficiência, fazendo com que as organizações tenham que contratar um número obrigatório de pessoas com limitações mentais, físicas e/ou sensoriais;

Para o sector de recursos humanos isso vem sendo um desafio grande, pois, para preencher essa exigência, é necessário encontrar profissionais que possuam alguma deficiência. Além disso, eles devem contar com todos os requisitos necessários para o preenchimento de vagas que as mesmas exigem, considerando o perfil e as necessidades de cada candidato. No entanto, o novo paradigma no domínio da Administração Pública em Angola, apresenta factos novos e relevantes no controlo social, económico, político e cultural, que considerava assegurar a implementação de planos e projectos que garantissem o maior número de pessoas com deficiências dos órgãos e serviços da Administração Pública no que toca à prestação de serviço público ao cidadão e em prol da economia;

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho representa um dos grandes desafios contemporâneos no campo dos direitos humanos e da justiça social. Em Angola, esse desafio assume contornos particulares, considerando o histórico de exclusão social e as dificuldades estruturais que o país enfrenta em diversas áreas. Apesar da evolução do marco legal, especialmente com a promulgação da Lei n.º 12/16, de 15 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de protecção das pessoas com deficiência, os obstáculos à efectiva integração dessas pessoas no mundo laboral ainda são numerosos;

O presente artigo tem também como objectivo analisar, à luz da Lei n.º 12/16, os mecanismos legais e institucionais existentes para a promoção da igualdade e da não discriminação das pessoas com deficiência no âmbito do trabalho, investigando a sua eficácia prática no contexto angolano. Pretende-se compreender como o ordenamento jurídico nacional tem sido aplicado e quais são os impactos reais das políticas públicas no acesso ao emprego por parte desse grupo social. A vaga é divulgada de várias formas, como rádio, jornais, entre outras. Após isso, o sector responsabiliza-se por seleccionar os profissionais que melhor se encaixam no perfil das vagas, assim, fazendo sua contratação;

Para o sector de recursos humanos isso vem sendo um desafio grande, pois, para preencher essa

exigência, é necessário encontrar profissionais que possuam alguma deficiência. Além disso, eles devem contar com todos os requisitos necessários para o preenchimento de vagas que as mesmas exigem, considerando o perfil e as necessidades de cada candidato. A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer os instrumentos de garantia de direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Ao explorar as dimensões legais, sociais e institucionais do tema, o trabalho busca fornecer subsídios tanto para a academia quanto para os formuladores de políticas públicas;

A investigação desenvolve-se com base em uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental da legislação nacional e internacional, bem como estudos de caso e, quando possível, entrevistas com atores – chave. A dissertação está estruturada em quatro capítulos: o primeiro apresenta os fundamentos teóricos e os conceitos essenciais; o segundo examina o marco legal em Angola; o terceiro discute o contexto prático da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; e o quarto propõe reflexões e medidas para o aprimoramento das políticas de inclusão laboral;

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

Certamente, todo cidadão tem direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação baseada na raça, cor, sexo, origem étnica, estado civil, condição social, razões religiosas, opinião política, filiação sindical e língua. (art.º 4.º, n.º 1 da Lei Geral do Trabalho (LGT);

Enquanto funcionário público e estudante de Gestão de Recursos Humanos nas Organizações, temos observado incumprimento da Lei n.º 12 / 16, de 15 de Janeiro, quanto ao papel da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, violando os seus direitos de protecção, igualdade e não discriminação;

Dada a esta realidade, se levantam as seguintes perguntas de partida:

- Qual o papel efectivo da Inserção de Pessoas com Deficiência (PCD) na Administração Municipal do Dande (AMD) 2023 - 2025 e quais factores que explicam o cumprimento ou não da cota legal?

OBJECTIVOS

Segundo Zassala (2017: p. 85), objectivo é “a meta a ser alcançada; deve ser definida de forma clara, precisa em termos do tipo do relacionamento entre as variáveis”.

Assim, pretende-se alcançar um objectivo geral e outros específicos, tendo em conta a problemática acima levantada.

OBJECTIVO GERAL

- O objectivo geral é analisar o papel da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho público na Administração Municipal do Dande de 2023 a 2025.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Quantificar % da pessoa com deficiência PCD no quadro 2023 – 2025;
- Identificar barreiras organizacionais;
- Propor acções de Recursos Humanos público inclusivo;

JUSTIFICATIVA

Dande é Município – polo do Bengo. Se a Administração pública local (APL) não cumpre, o sector privado local segue o exemplo. O estudo gera diagnóstico para Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) Instituto Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência (INAD) e contribui para Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 e 10;

IDEIA A DEFENDER

A proteção da privacidade, a igualdade e não à discriminação a pessoas com deficiência físicas, são direitos humanos consagrados pela Constituição (2010) e provindos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) no dia 10 de Dezembro de 1948;

Assim, defende-se que a aplicação e cumprimento da lei n.º 12/16, de 15 de Janeiro, permite a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, salvaguardando o direito a proteção, igualdade e não discriminação de pessoas com deficiência, caso do Governo Provincial do Bengo.;

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os funcionários deficientes no Governo Provincial do Bengo tenham o direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação baseada na raça, cor, sexo, origem étnica, estado civil e condição social, razões religiosas, opinião política, filiação sindical e língua;

Portanto, que todos os funcionários deficientes tenham tido o direito à livre escolha e exercício da profissão, sem restrições, salvo as excepções previstas por lei. No exercício do trabalho quotidiano, se tenha respeitado as liberdades e a dignidade do trabalhador, permitindo-lhe satisfazer normalmente as suas necessidades e as da sua família, proteger a sua saúde e gozar de condições de vida decentes;

Assim, espera-se que o Governo Provincial do Bengo (GPB) tenha pautado na aplicação e cumprimento da lei n.º 12/16, de 15 de Janeiro, para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, respeitando os seus direitos de proteção, igualdade e não discriminação;

IMPORTÂNCIA DO TEMA

A escolha do presente tema, deveu-se pelo facto de que a legislação Angolana pauta sob princípio da inclusão, onde se exige a inserção de pessoas com deficiências físicas na Administração Pública, desde que, este apresente o perfil adequado;

Opta-se por esse tema pois consideramos ser fundamental a eficácia e eficiência do Gabinete de Gestão de Recursos Humanos na Administração do Dande, no processo de recrutamento e selecção de candidatos portadores de deficiências físicas pautar na aplicação e cumprimento da lei n.º 12/16, de 15 de Janeiro, na salvaguarda da proteção, igualdade e não discriminação de pessoas com deficiência;

Entende-se ser um tema de suma importância e contextual, no sentido de defender o trabalhador como excelente e digno profissional que venha garantir o bom funcionamento da organização, respeitando os normativos, princípios e leis que defendem a inclusão de pessoas com deficiências físicas;

VARIÁVEIS

VARIÁVEL DEPENDENTE

A inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, protecção, igualdade e não discriminação é regulada pela lei n.º 12/16, de 15 de Janeiro;

VARIÁVEL INDEPENDENTE

- A inserção de pessoas com deficiência física no trabalho, é feita através de mecanismos legalmente estatuidos, isto é, o concurso público onde a contratação depende da avaliação de curriculum vitae, ou recomendações feitas por parte de algumas entidades, como é o caso da Administração Municipal do Dande;

REFERENCIAL TEÓRICO

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS LABORAIS

A Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das pessoas com deficiência PCD, ratificada por Angola, reconhece o direito ao trabalho em igualdade de oportunidades. A Lei 10/12 reforça a necessidade de acessibilidade e não discriminação.

O PAPEL DO ESTADO COMO EMPREGADOR

O Estado tem função pedagógica e social. Ao contratar PCD, o serviço público cumpre a lei e combate estigmas, promovendo a cidadania e autonomia financeira desse grupo.

METODOLOGIA

O presente artigo, tem bases de um estudo descritivo, pois possibilitou investigar e estudar em profundidade sobre o papel da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho público, onde, essa parte metodológica assenta-se nas ideias de Gil (2008).

Conforme os objectivos, o presente artigo tem base no método descritivo, pois descreveu a parte teórica e prática sobre o tema em estudo, onde o método descritivo permitiu descrever ocorrência provida da população.² Quanto a natureza o estudo é aplicado, por resolver um problema prático.

Quanto aos procedimentos, socorreu-se da pesquisa bibliográfica para compor o aporte teórico do trabalho, através da consulta em livros, artigos científicos e revistas de saúde com a temática semelhante ou a fim. Freixo (2012), a pesquisa bibliográfica é uma técnica de investigação científica que faz recurso a obras já analisadas, tratadas, publicadas e classificadas como livros, artigos científicos e revistas.

Em suma, o foco da pesquisa foi a Administração Municipal do Dande, Bengo. O período analisado foi 2023 - 2025. Os dados foram coletados por meio de análise de editais de concurso, relatórios de gestão e entrevistas com 2 gestores de RH e 3 servidores pessoa com deficiência PCD admitidos no período;

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ACÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE 2023-2025

No período, foram realizados 2 concursos públicos com previsão de reserva de vagas para pessoas com deficiência PCD, conforme a legislação. Houve também ações de divulgação para incentivar a candidatura desse público.

AVANÇOS E DESAFIOS

Avanços: Aumento do número de PCD no quadro efetivo e maior visibilidade da temática dentro da instituição.

Desafios:

- Infraestrutura pouco adaptada;
- Falta de formação continuada para gestores;
- Desconhecimento da lei por parte de alguns setores.

Percepção dos Servidores de pessoas com deficiência PCD

Os entrevistados apontaram como pontos positivos a estabilidade e a oportunidade. Como pontos negativos destacaram a falta de equipamentos adaptados e de apoio no início da carreira.

² Alves, M. P. (2012) Metodologia Científica. Lisboa escolar editora, ISBN 978-972-592-354-2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada na Administração Municipal do Dande, no período de 2023 a 2025, permite concluir que a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho público, embora ainda incipiente, representa um avanço importante na efetivação dos direitos sociais previstos na Lei n.º 10/12 e na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;

Verificou-se que a administração municipal deu os primeiros passos no cumprimento da legislação, por meio da reserva de vagas em concursos públicos e da admissão de pessoas com deficiência no quadro de pessoal. Essa iniciativa, além de garantir acesso ao emprego, fortalece o papel do Estado como promotor da igualdade e da não discriminação;

No entanto, constatou-se que a inclusão vai além da contratação. Os principais desafios identificados foram: a falta de acessibilidade arquitetônica e tecnológica nos espaços de trabalho, a necessidade de capacitação dos gestores para lidar com a diversidade e a persistência de barreiras atitudinais. Tais factores comprometem a permanência e o desenvolvimento profissional dos servidores com deficiência;

Diante do exposto, recomenda-se que a Administração Municipal do Dande:

- Garanta o cumprimento integral das cotas previstas em lei nos próximos concursos;
- Invista em acessibilidade física e comunicacional nos locais de trabalho;
- Promova programas de formação e sensibilização para todos os servidores, visando o combate ao preconceito;
- Crie mecanismos de acompanhamento da carreira dos servidores com deficiência, assegurando condições de progressão;

Conclui-se, portanto, que a inserção de pessoas com deficiência no serviço público municipal do Dande é mais do que o cumprimento de uma obrigação legal. É um ato de justiça social que dignifica o cidadão e humaniza a gestão pública. Quando o Estado inclui, ele dá o exemplo e abre caminho para que toda a sociedade reconheça o valor e a capacidade das pessoas com deficiência;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ADMINISTRAÇÃO. M. D e GOVERNO P. B. **Relatórios de Gestão**. Dados do RH 2023 - 2025;
- ALVES. M. P. **Metodologia Científica**. Lisboa: Escolar Editora, 2012;
- AMARAL. L. A, **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. Tema: Tipologias e barreiras 2016;
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010;
- ANGOLA. **Lei n.º 10/12, de 22 de Junho**. Lei sobre a Pessoa com Deficiência. Luanda, Diário da República, 2012;
- ANGOLA. **Lei n.º 10/12, de 29 de Junho**. Lei sobre a Protecção e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Luanda, Diário da República, 2012;
- ANGOLA. **Lei n.º 12/16, de 15 de Janeiro**. Código Geral do Trabalho. Luanda, Diário da República, 2016;
- ANGOLA. **Lei n.º 12/16, de 23 de Junho**. Lei das Acessibilidades. Diário da República, I Série, nº 34, Luanda, 2016;
- ANGOLA. **Lei n.º 17/10, de 29 de Julho**. Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado. Luanda, Diário da República, 2010;
- ANGOLA. **Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro**. Lei de Bases da Protecção Social. Luanda, Diário da República, 2004;
- ANGOLA. **Lei n.º 7/15, de 15 de Junho**. Lei Geral do Trabalho. Luanda, Diário da República, 2015;
- BENGO. **Relatório de Gestão da Administração Municipal do Dande**. Dande, Administração Municipal, 2025;
- BRASIL. **Decreto n.º 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei n.º 7.853 / 89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1999;
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**. Brasília: MTE, 2015;
- FREIXO, M. J. V. **Metodologia Científica**: Fundamentos Métodos e Técnicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2012;
- GIL. A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Atlas, 2008;
- INAD. Instituto Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. **Relatório de Actividades**. Luanda, 2023;
- MAPTSS, Ministerio da Administração Publica, Trabalho e Segurança Social. **Relatorio Estatístico do trabalho execução da Política de Emprego**. Luanda: 2024;
- ONU, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiencia. Nova Iorque. 2006. Angola ratificou em 2014. Amarra com ODS 8 e 10;
- ORGANIZAÇÃO. N. U. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948;
- ORGANIZAÇÃO M. S. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. Genebra, 2011;
- SANTOS. M. A. Efetividade da Lei 12/16: desafios para a inclusão de PCD na função pública angolana. **Revista Angolana de Ciências Sociais**, 2021;
- LAKATOS. E. M. e MARCONI. M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010;
- SASSAKI. R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, 2010;
- ZASSALA. C. **Iniciação à Pesquisa Científica**: Ler, captar o essencial e tomar apontamentos. O método de estudo universitário. Luanda: Mayamba, 2017;
- ZASSALA. M. **Metodologia da Investigação Científica**. Luanda: Mayamba, 2017.



<https://doi.org/10.52078/g2yjnv63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama	Joice Pereira Marques
António dos Reis Fançony	Katia Aparecida de Sousa Lima
Armando Kangolo Basílio	Lília Stevens de la Cruz
Augusto Hudson Simeão	Luciana Cardoso de Souza
Calunda dos Santos Jorge	Luís Venâncio
Carina Fardim Soares	Lusilene da Rocha Alves
Belkis Tomilson Garcia	Marcelo Cunha
Betsabé Pompa Abreu	Maria Angela Ferreira Oliveira
Chiquito Afonso Fernando	Maria Canga Álvaro
Domingos	Maria Elena dos Santos Silva
Cirlene Alves de Oliveira	Maria Madalena Sampaio Silva
Daniel Cordeiro	Mário Adelino Miranda Guedes
Daniel Marculino Muenho	Mário Jamba Artur
Denilson Genito Moisés dos Anjos	Mirella Clerici
Domingos Tchinhama Mangundu	Nayane Brito Veras Godinho
Edgar Francisco da Silva	Hermisdorf
Gonçalves	Ngombo Rodrigues Lucau
Elaine Santos do Nascimento	Panzo Manuel Bunga
Elizabeth Hama Francisco	Pedro Isaac
Esmael Joaquim Machado	Rafaela Gois Zirpolo
Eugénio Chicapa	Roseli Brito Tenório Ramos
Faustino Moma Tchipesse	Sabalo João Luanda
Fernando Leite Miranda	Suellen Vidal Araújo Da Silva
Gersiane Alves Pavão	Talita Torracca Vieira da Silva
Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	Tamara Garcia Calixto
Guilherme Mateus Moma	Tatiana Miranda Lima
Gustavo Bruno Wandaqueia	Teresa Francisca Nkhulwavo
António	Tomasa Miriam Tabares
Irma Cristina de Moraes	Valquiria Souza Cardoso
Chinhemba	Valter Joaquim Vidal
Jeam Rodrigo de Oliveira	Vidal António Machado
João Eduardo Quinsequi	Walter Albino António Sassoma

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP

Parceiros:

